

Charge: habilidade e descontração nos traços de Rogério Machado

As unidades do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (TRT-PE) contam com talentos das mais variadas áreas. Além de servir ao Regional, algumas pessoas possuem habilidades artísticas que surpreendem e divertem. É o caso de Rogério Machado de Farias, que desempenha as funções de atendimento da Seção de Protocolo do Tribunal, e tem a habilidade de criar charges e caricaturas.

Rogério descobriu seu interesse pelos desenhos ainda na infância, quando costumava se dedicar à leitura de histórias em quadrinhos. Como a maioria das crianças brasileiras, foi leitor assíduo das revistas do cartunista paulista, Mauricio de Souza, criador dos personagens da Turma da Mônica. Nos traços de Mauricio, Rogério encontrou a inspiração para fazer seus primeiros desenhos e a admiração pelo cartunista segue até hoje: “Mauricio de Souza é a minha referência para desenhar, os traços das minhas charges são parecidos com os de seus personagens”, avalia.

Das histórias em quadrinhos internacionais, Rogério costumava acompanhar as de super-heróis, especialmente as publicadas pela editora DC

Comics, uma das maiores do ramo e proprietária intelectual de personagens mundialmente famosos como Batman e Superman. Outro título bastante cultuado durante sua infância foi o quadrinho de aventura Conan, o bárbaro, de Robert E. Howard, seu roteirista favorito.

Com o passar dos anos, a leitura dos quadrinhos tornou-se menos frequente: “Hoje, só costumo ler as revistas clássicas”, revela. Mas o prazer e a vontade de desenhar permanecem. Em uma visita rápida à Seção de Protocolo é possível observar algumas de suas obras, as charges que representam amigos do TRT6. E Rogério destaca a boa aceitação dos

colegas: “Eles gostam, ficam esperando pra ver qual será a próxima”.

As imagens também agradam ao público visitante. “Elas deixam o ambiente mais agradável, ajudam a interação e a quebrar o gelo”, comenta o servidor com o respaldo de quem está há 16 anos no Tribunal.

A atividade artística sempre foi um hobby para Rogério, que nunca fez curso especializado e desenha apenas quando sente vontade e por prazer: “Já recebi proposta pra fazer charges específicas, mas eu preciso pesquisar sobre a pessoa que vou desenhar, preciso conhecer a sua personalidade. Não tenho a técnica, mas a intuição”.



Stela Maris



Criador e criaturas - Rogério Machado posa diante de suas obras

INFORMATIVO TRT6

Jornal do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região - Recife PE agosto/setembro / 2013 ano XX nº 201 www.trt6.jus.br

TRT-PE apresenta alta produtividade, constata Correição do TST

O corregedor-geral do TST, Ministro Ives Gandra Martins Filho, destacou na ata de Correição a produtividade do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região. Durante o primeiro semestre deste ano, as Varas do Regional receberam 29.868 processos e julgaram 31.853, o que equivale a uma taxa de produtividade 106,6%, ou seja, julgaram um número igual ao dos processos recebidos, mais um percentual de processos remanescentes. Na 2ª Instância foram recebidos 11.657 e solucionados 12.813, isto é, 109,9%.

Outro aspecto positivo ressaltado pelo Ministro foi a implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe), que ao final de 2013 estará disponível em 80% das varas do TRT-PE, superando em muito a meta do CNJ, de 40%.

A Escola Judicial também recebeu referências



Ministro Ives Gandra (D) realiza leitura da Ata de Correição ao lado do desembargador presidente do TRT6, Ivanildo Andrade

elogiosas, especialmente quanto à estratégia adotada na capacitação para o PJe, com o emprego de uma metodologia que mescla aulas pre-

senciais e videoaulas nas próprias unidades de trabalho. A Correição foi realizada entre os dias 16 e 20 de setembro.

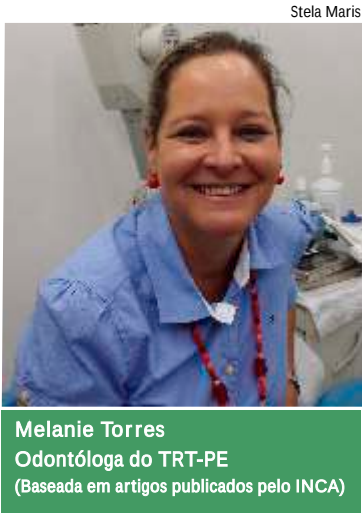
Semana de Execução: Mais de R\$ 15 Milhões Arrecadados



Juíza ouvidora, Patrícia Brandão, durante audiência de conciliação no Fórum do Recife

Os valores pagos a partes nos processos, durante a 3ª Semana Nacional de Execução do TRT-PE, que aconteceu de 26 a 30 de agosto, chegaram a um montante de R\$ 15.193.858,52. Além disso, a campanha abriu espaço para o aumento da “possibilidade de solução de pendências por meio de alternativas mais amenas, sobretudo, de audiências de conciliação”, evitando, assim, medidas mais drásticas, como a venda de bens penhorados nos leilões, conforme afirma o Gestor Regional de Execução Trabalhista, juiz Rafael Val Nogueira.

Prevenção do câncer de boca: autoexame é fundamental



O câncer de boca é uma denominação que inclui as lesões de lábio e cavidade oral: mucosa bucal, gengivas, palato duro, língua e assoalho da boca. O fumo e o consumo exagerado de bebidas alcoólicas são os principais fatores para o seu aparecimento. Outro causador é a exposição ao sol, no caso do câncer de lábio. Segundo estatística do Instituto Nacional de Câncer (INCA), a boca é o 5º

lugar mais frequente do aparecimento da doença nos homens e o 8º nas mulheres. Esse tipo de câncer aparece geralmente como uma ferida que no início não dói, mas não tem tendência à cicatrização e cresce continuamente. Ele também pode apresentar evidências como alteração de cor na mucosa ou no lábio, como manchas brancas, vermelhas e/ou pretas, e aumento de volume (caroços, carnes crescidas, bolinhas). A principal forma de detectar o cancro de boca é o autoexame. O procedimento é simples: lavar as mãos e fazer uma boa higienização da boca, removendo próteses e dentaduras, se for o caso, num espaço com boa iluminação. Em frente ao espelho,

fazer uma inspeção visual e palpação. Na detecção de alguma alteração, deve-se observar durante 21 dias. Não desaparecendo, é necessário procurar um cirurgião-dentista. Na hipótese de confirmação da doença após diagnóstico por «O autoexame deve ser periódico, pois com o diagnóstico antecipado e o tratamento adequado, o câncer pode ser curado na maioria dos casos» meio de biópsia, o tratamento, normalmente uma cirurgia associada ou não a radioterapia e quimioterapia, deve ser acompanhado por um oncologista.

A prevenção acontece com a adoção de hábitos saudáveis, que auxiliem no bem-estar e saúde de forma geral: não fumar, não consumir bebidas alcoólicas em excesso, alimentar-se saudavelmente, proteger-se dos raios solares com uso de chapéu e protetor solar. Outra forma de prevenir é eliminando da boca fatores traumáticos, como próteses mal adaptadas, dentes tortos, cáries, tártaros e restos dentários. O autoexame deve ser periódico, pois com o diagnóstico antecipado e o tratamento adequado, o câncer pode ser curado na maioria dos casos. No Brasil, 50% dos casos ainda são diagnosticados tardiamente. A melhor maneira de reverter essa situação é com informação e autoexame de boca.

Segunda fase do Concurso de Juiz Substituto acontece em novembro

Acontece em novembro a segunda etapa do XIX Concurso para provimento de oito vagas no cargo de Juiz Substituto do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (TRT-PE). A próxima fase é composta de uma avaliação discursiva, prevista para o dia 17, e uma prática, de sentença, para o dia 24. Participam dessa etapa os 326 candidatos aprovados na primeira, realizada no dia 11/08. Essa edição bateu recorde de inscritos, com 2.001 candidatos. À primeira etapa faltaram 285 candidatos, o que corresponde a uma abstenção de menos de 15%. À exceção da prova discursiva do dia 17 - assim como aconte-

ceu com a primeira fase - que será realizada pela Fundação Carlos Chagas (FCC), todas as demais etapas caberão às Comissões do Concurso, formadas por magistoados do TRT-PE e de outros Tribunais do país, em conjunto com representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). A FCC permanecerá responsável pela aplicação das provas e pelo apoio logístico. Com o certame, o Regional também pretende diminuir a desproporção apontada pela correição do TST (Tribunal Superior do Trabalho) realizada entre 16 e 20/09, quando o Corregedor-Geral, ministro Ives Gandra, constatou que o TRT-



Candidatos ouvem instruções antes do início da prova da primeira fase

PE possui menos magistrados do que a média nacional, que é de um magistrado para 60.580 habitantes. No Regional pernambucano a proporção é de um juiz para 69.233 habitantes. O desembargador Pedro Paulo Pereira Nóbrega, presidente da Comissão do Concurso e vice-presidente do Regional, declarou que espera que “os novos juizes se engajem na missão de bem servir à sociedade de forma célere e eficiente”. Destacando a média de entrada 100 mil novos processos a cada ano na Justiça Especializada, lembrou que os novos magistrados devem se dedicar ao cumprimento das metas da casa, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), garantindo a excelência dos serviços.

Desembargadora Maria Helena se aposenta



No início de setembro, após 41 anos dedicados à magistratura trabalhista, a desembargadora Maria Helena Guedes Soares de Pinho Maciel se aposentou. Havendo presidido diversas Juntas do Trabalho ao longo de sua carreira, foi promovida a desembargadora no ano de 2000, exercendo o cargo de Corregedora Regional no biênio 2007/2009, e de Vice-Presidente, durante a gestão 2011/ 2013. Na sessão do Pleno do dia 10/09, os desembargadores aprovaram voto de aplauso à magistrada reconhecendo a sua importância para a história do Tribunal.

Jornal do TRT da 6ª Região Cais do Apolo, 739 Bairro do Recife 50.030-902 Recife PE Imprensa: 81-3225.3216 imprensa@trt6.jus.br PRESIDENTE Ivanildo da Cunha Andrade VICE-PRESIDENTE Pedro Paulo Pereira Nóbrega CORREGEDORA Virgínia Malta Canavarro			
DESEMBARGADORES FEDERAIS DO TRABALHO			
Eneida Melo Correia de Araújo Maria Helena Guedes Soares de Pinho Maciel André Genn de Assunção Barros Ivanildo da Cunha Andrade Gisane Barbosa de Araújo Pedro Paulo Pereira Nóbrega Virgínia Malta Canavarro Valéria Gondim Sampaio Ivan de Souza Valença Alves Valdir José Silva de Carvalho Acácio Júlio Kezen Caldeira Dione Nunes Furtado da Silva			
Dinah Figueirêdo Bernardo Maria Clara Saboya Albuquerque Bernardino Nise Pedrosa Lins de Sousa Ruy Salathiel de Albuquerque e Mello Ventura Maria do Socorro Silva Emerenciano Sergio Torres Teixeira Fábio André de Farias			
SECRETÁRIO-GERAL DA PRESIDÊNCIA Ayrton Carlos Porto Júnior			
DIRETOR-GERAL Wladimir de Souza Rolim			
SECRETÁRIA DO TRIBUNAL PLENO Nyédja Menezes Soares de Azevedo			
REDATORES Eugenio Pacelli / Mariana Mesquita Helen Falcão			
REVISÃO Eugenio Pacelli			
FOTOGRAFIA Stela Maris / Elysangela Freitas			
PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO Simone Freire			
ESTAGIÁRIA Jaqueline Fraga			
IMPRESSÃO Gráfica e Editora Liceu (Tiragem: 1.500 exemplares)			

Produtividade, PJe e Escola Judicial do TRT-PE se destacam em Correição do TST



Leitura da Ata - Desembargador Ivanildo Andrade (E) fala após análise da correição, feita pelo ministro corregedor-geral da Justiça do Trabalho

Imprensa - Corregedor do TST concede entrevista coletiva, comentando os números positivos verificados no desempenho do TRT e anunciando recomendações que devem ser seguidas (acima)

Após uma semana inspecionando o Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (TRT-PE), durante a Correição Ordinária do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que aconteceu entre os dias 16 e 20/09, o Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, Ministro Ives Gandra Martins Filho, apresentou, durante solenidade na sala de sessões do Pleno, a radiografia do que apurou. No dia 20, o Ministro, com a equipe de correição, exibiu o resultado da análise dos dados sobre a situação da Justiça do Trabalho na 6ª Região e fechou a cerimônia com recomendações de medidas a serem implementadas, a fim de tornar o desempenho do Tribunal cada vez mais eficaz.

Durante o encerramento, o

Corregedor-Geral destacou a produtividade do TRT-PE neste primeiro semestre, já que o Regional alcançou um taxa de julgamento de 109,9% na 2ª Instância e de 106,6% na 1ª Instância. Isso significa dizer que o Tribunal julgou 100% dos processos recebidos e mais um percentual do estoque de processos remanescentes.

Segundo o presidente do TRT-PE, Desembargador Ivanildo da Cunha Andrade, os altos índices de produtividade ratificam a tradição do Regional na realização de julgamentos de reconhecida celeridade e eficiência, destacando que “o Tribunal recebe a análise e as recomendações da Corregedoria-Geral com humildade, encarando-as como um incen-

tivo à crescente melhoria dos serviços prestados por esta Corte”.

O Ministro Corregedor disse que, com a média de magistrado por habitante desta Região, que é de um juiz para atender 69.233 habitantes, abaixo da nacional, que apresenta um juiz para 60.580, “merece louvores o esforço conjunto de desembargadores e juizes do trabalho para fazer frente à demanda processual que recebem”. Tal volume se refere à média de mais de 100 mil novos processos trabalhistas ajuizados a cada ano, na jurisdição do TRT-PE.

Outra atividade do Regional pernambucano que mereceu realce na Correição foi a implantação do Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho

(PJe-JT), considerado pelo Ministro como um dos mais bem sucedidos do país. O Regional já atingiu desde maio a meta instituída pelo CNJ, de instalar o PJe em 40% das Varas, e vai fechar o ano de 2013 com o novo modelo processual instalado em 80% das Varas, o que equivale a 56 unidades.

A Escola Judicial do TRT6 (EJTRT-6) também foi muito elogiada pelo Corregedor, que enfatizou que a unidade “se notabiliza pelo seu alto nível de excelência”. Como exemplo, o Ministro citou o projeto inovador para a capacitação em PJe-JT, cujas aulas são ministradas de forma presencial e por meio de videoconferência. Estratégia que permite que o Tribunal acelere o processo de formação de servidores, principalmente no interior do estado. Parte do sucesso do PJe na 6ª Região, o Ministro atribuiu à forma de treinamento realizado pela Escola, metodologia que recomendou ser replicada pelos demais regionais.

Para o diretor da EJ6, Desembargador André Genn, o reconhecimento “é resultado de um grande esforço dos magistrados e servidores envolvidos com os projetos da Escola”. Sobre o sucesso do método, enfatizou que “além de alcançar grande número de servidores num curto espaço de tempo, reduz os gastos com deslocamento. Além disso, favorece a adaptação do servidor ao novo sistema no próprio ambiente de trabalho”. O desembargador também falou da seleção da EJ6 para apresentar o método no 5º Fórum de Educação a Distância (EaD) do Poder Judiciário, que acontece entre 28 e 30/10, e tem como objetivo difundir a EaD entre as unidades de educação dos tribunais brasileiros.

Informou o Corregedor que a composição da equipe de TI do

Regional está adequada ao que recomenda a Resolução 90/09 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Nesse sentido, enalteceu o compromisso e a contribuição do TRT6 com o desenvolvimento do PJe em nível nacional, uma vez que o

“o TRT se situa em patamar condizente com a realidade que enfrenta, dando à sociedade a resposta que ela procura quando busca esta casa”

Regional cedeu 11 analistas ao TST/CSJT (órgão responsável pelo desenvolvimento e evolução do sistema) para o aper-

feiçoamento e a atualização da plataforma digital.

Mais um aspecto sublinhado pelo Corregedor foi “a harmonia entre os dirigentes e entre estes e gestões passadas”, o que garante a continuidade de projetos que, por sua complexidade, exigem mais que o tempo de dois anos de uma gestão para serem concluídos.

Dentre as recomendações feitas no final da solenidade, o Ministro Ives Gandra citou a necessidade de aprimorar a alimetação dos dados do Programa E-Gestão (Sistema de Gerenciamento de Informações Administrativas e Judiciárias da Justiça do Trabalho), de forma a evitar eventuais incongruências nas informações, já que tal sistema é a “vitrine” da contabilidade oficial da Justiça Trabalhista.

Outros pontos de recomendação abordados pelo Corregedor foram o incentivo ao uso da toga na 1ª instância, o acompanhamento, por parte da Corregedoria Regional, dos prazos para a marcação da audiência de

instrução no 1º grau, buscando reduzi-los, e a garantia de assistentes jurídicos a todos os juizes do trabalho.

Antes de passar a palavra ao Desembargador presidente, o Ministro ressaltou a importância da visão de alguém que está de fora, esclarecendo que a Corregedoria-Geral representa “tal ótica externa, o olhar da sociedade para o Tribunal, sociedade esta que espera a excelência na prestação dos serviços jurisdicionais, contribuindo para que o passado glorioso de desempenho, celeridade e qualidade das decisões se perpetue”.

O Desembargador Ivanildo Andrade afirmou que o resultado da Correição mostrou que “o TRT se situa em patamar condizente com a realidade que enfrenta, dando à sociedade a resposta que ela procura quando busca esta casa”. Ratificando as palavras do Ministro Corregedor, destacou que “a atividade de correição tem um papel fundamental: o pedagógico. Por isso, encaramos a visita com humildade e satisfação, assumindo o compromisso de seguir as recomendações do Corregedor para a melhoria da prestação jurisdicional”.

Após a leitura da ata e o encerramento da sessão, o Ministro Ives Gandra recebeu a imprensa para uma coletiva.



Diretor, desembargador André Genn (D), e coordenador, juiz Agenor Martins (E) apresentam instalações da Escola Judicial ao ministro Ives Granda

Parcerias para maior segurança no trabalho

Os gestores regionais do Programa Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho, o desembargador Fábio Farias e a juíza Patrícia Brandão, com a participação do Getrin6 (Grupo de Trabalho Interinstitucional de Prevenção de Acidentes de Trabalho da Sexta Região), vêm realizando diversas ações que difundem a segurança no ambiente laboral e a prevenção de doenças relacionadas ao desempenho de atividades profissionais.

Nos últimos meses, o Getrin conseguiu firmar parceria com a

Celpe (Companhia Energética de Pernambuco), Compesa (Companhia Pernambucana de Saneamento), CBTU-Metrorec (Superintendência de Trens Urbanos do Recife) e Grande Recife Consórcio de Transporte para divulgação da campanha “Trabalho Seguro: direito de todos, obrigação de cada um.”

As duas cessionárias de água e energia vão trazer o anúncio nas faturas emitidas para os consumidores. No caso das empresas de transporte, elas exibirão cartazes com a mensagem em seus veículos.

Além das iniciativas de divulgação, o Getrin6 está empenhado na realização de ações de caráter educacional. Por isso, planejou para os dias 23 e 24 de outubro, o “Seminário sobre Perícias”, dentro do 10º Módulo Concentrado de Aperfeiçoamento de Magistrado.

O Grupo Interinstitucional reuniu-se também com a Secretaria de Educação de Pernambuco e com o Instituto Federal de Pernambuco (IFPE), para propor ações conjuntas que conscientizem e informem os estudantes sobre a segurança do trabalho.

Além dessas parcerias, os gestores formalizaram o convite ao Ministério Público do Estado (MPPE) para integrar o Grupo.

O cartaz apresenta uma ilustração de um ônibus amarelo com uma seta verde apontando para cima, sobre um fundo amarelo e verde. Abaixo, o texto principal em branco sobre fundo verde escuro: **Trabalho seguro: direito de todos, obrigação de cada um.** Logo abaixo, em menor fonte, lê-se: 'Campanha do Programa Trabalho Seguro - TST/CSJT'. Na base do cartaz, há uma série de logos institucionais, incluindo TRT6, CBTU, IFPE, e o logo do Getrin6, seguido pelo texto: 'GETRIN6 Grupo de Trabalho Interinstitucional de Prevenção de Acidentes de Trabalho da Sexta Região www.trt6.jus.br'.

TRT-PE faz revisão do plano estratégico

O Plano Estratégico do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (TRT-PE), elaborado e aprovado em 2009, foi revisado no dia 26 de agosto, seguindo a filosofia de melhoria contínua e as orientações do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para os Tribunais do Trabalho. A revisão, feita na Reunião de Análise da Estratégia (RAE), foi apresentada pela assessora de Gestão Estratégica, Kátia Barros, e contou com a participação do presidente do TRT-PE, desembargador Ivanildo Andrade.

Entre os pontos revisados, destacam-se a priorização dos Indicadores Nacionais da Justiça do Trabalho, o exame e a adequação dos Projetos Estratégicos, a inserção de novos projetos e a reformulação do Mapa Estratégico. A atualização do plano foi de ordem mais técnica do que material, não trazendo alterações na essência do Planejamento anterior.

A revisão, que está alinhada às metas estabelecidas pelo CNJ, visa à crescente melhoria na prestação dos serviços públicos, no ambiente e

nas condições de trabalho. O CNJ pode estabelecer tanto metas para todos os tribunais, por versarem sobre objetivos gerais, quanto exclusivas para cada ramo da justiça. Um exemplo de marco geral é a Meta 1: “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos em 2013”.

Dentre as específicas, a Meta 12, de “Implantar o Processo Judicial Eletrônico (PJe) em, pelo menos, 40% das Varas do Trabalho de cada tribunal”, é exclusiva para Justiça do Trabalho. Por isso, apesar de o CNJ ter traçado 19 metas, apenas 10 destinam-se aos Regionais do Trabalho.

As 10 metas específicas para a justiça especializada, dentre as quais algumas já foram alcançadas, segundo a Assessoria de Gestão Estratégica (AGE), estão afixadas em painéis distribuídos por todas as varas do trabalho de Pernambuco, para manter integrantes do Regional e jurisdicionados informados sobre o que está sendo cumprido pelo TRT-PE.

3ª Semana Nacional de Execução Arrecada Mais de R\$ 15 Milhões



Rafael Val Nogueira (juiz gestor regional de execução trabalhista), Patrícia Brandão (juíza da Hasta Pública), desembargador Pedro Paulo Nóbrega (vice-presidente do TRT6) e Saulo Bosco (juiz auxiliar da Corregedoria), durante o leilão no Fórum do Recife

A 3ª Semana de Execução do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (TRT-PE), que aconteceu de 26 a 30/08, gerou uma arrecadação de R\$ 15.193.858,52, créditos levantados para saldar dívidas trabalhistas. Durante a Semana, os magistrados e servidores da Justiça especializada concentraram esforços para resolver processos em fase de execução, incentivando prioritariamente a conciliação entre as partes.

Para o Gestor Regional de Execução Trabalhista, juiz Rafael Val Nogueira, “a grande importância da campanha é chamar a atenção para a possibilidade de solução de pendências, sobretudo por meio de audiências de conciliação, sem que o juiz

precise tomar medidas mais drásticas, como determinar a venda de bens penhorados nos leilões”. O magistrado ressaltou, ainda, que, do ponto de vista do devedor, a campanha é um facilitador, pois este, “querendo, pode procurar uma forma mais suave de saldar a dívida, a exemplo do parcelamento dos valores devidos”.

Nesse contexto, a juíza ouvidora, Patrícia Brandão, enfatizou as atividades do Núcleo Permanente de Soluções Consensuais de Conflitos do TRT6, instituído de acordo com a Resolução nº 125/2010, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Paralelamente, realçou os bons resultados deste ano: “das 1.030 audiências de tentativa de conciliação designadas no Regional, 489 resultaram em acordo, totalizando R\$ cinco milhões. As varas do Recife somaram quase R\$ 2,3 milhões em acordos, dos quais R\$ 513.700,00 decorreram de conciliações firmadas no Núcleo”, frisou.

O Núcleo, cuja coordenação está a cargo da Ouvidoria, funcionou em parceria com as unidades da Capital que, durante a campanha, tiveram uma pauta extra de audiências para tal finalidade e, segundo a magistrada, vai concentrar as próximas ações na Semana Nacional de Conciliação, a ser promovida pelo CNJ, em dezembro.

O grande destaque, no entanto, foi o resultado do leilão das varas do estado, realizado nos dois últimos dias do movimento, que obteve mais de R\$10 milhões de reais decorrentes da venda de bens penhorados. Só com o leilão das varas do Recife, foram arrecados R\$ 8.628.528,00, valor destinado ao pagamento de 109 ações. O total dos leilões superou em muito os valores do ano passado, cerca de R\$ 1,3 milhão.

Várias foram as estratégias empregadas com o intuito de

contribuir para o alcance da meta do CNJ, específica para a Justiça do Trabalho, de “Aumentar em 15% o quantitativo das execuções encerradas em relação ao ano de 2011”. Nesse sentido, o Tribunal divulgou a lista dos maiores devedores trabalhistas no Estado; fez a manutenção dos lançamentos no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT); intensificou o cumprimento de mandados de penhora, remoção e entrega de bens etc., com vistas a superar os resultados alcançados em edições anteriores.

Campanha – A Semana Nacional de Execução Trabalhista foi instituída pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) em 2011, com o fim de implementar medidas para dar maior efetividade à etapa processual executória. Em sua terceira edição, contou com a participação de todos os 24 TRTs que, juntos, realizaram 937 leilões e 23.824 audiências, das quais 10.381 resultaram em acordo. Foi arrecadado um total de R\$ 647 milhões, destinados a saldar dívidas trabalhistas. Nacionalmente, foram atendidas 49.165 pessoas. As ações realizadas pelo TRT6 alcançaram 3.714 litigantes.